

■ NACIONAL

O consenso das ONG na defesa da Amazônia

WWF e GTA começam, nesta quarta-feira, a aparar suas divergências quanto ao modo de proteger o que resta da floresta

Álvaro Penachioni e José Roberto de Alencar, de São Paulo

Paz na floresta. O Fundo Mundial para a Natureza, WWF (sigla da World Wide Fund for Nature) e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) baixaram as armas e começam a discutir o maior projeto de proteção da Amazônia. A meta da campanha mundial "Florestas para a Vida", do WWF, é preservar 10% dos biomas restantes no planeta. O GTA acha pouco: quer, além disso, criar reservas extrativistas, conservar a floresta sem tirar seu povo.

O Brasil aderiu à campanha do

WWF e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird, ou Banco Mundial) já liberou US\$ 300 mil para a elaboração do projeto por um conselho gestor. Uma vez feito e aprovado o projeto (que preverá gastos de US\$ 84 milhões a US\$ 156 milhões), o Bird injetará outros US\$ 35 milhões,

O GTA — 355 ONG atuantes na Amazônia Legal, incluindo o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), criado por Chico Mendes — quer assento no comitê gestor já na



Fernando Gabeira

primeira reunião, prevista para este mês. Preocupa-se em assegurar recursos também para as novas reservas extrativistas. "Se o WWF, o go-

verno e o Bird aceitarem a inclusão dessas áreas, o GTA não vai se opor. Interessa é o resultado: a proteção ambiental e os benefícios para a comunidade", diz o secretário executivo do GTA, Fábio Vaz.

Segundo ele, o GTA não descarta a proposta da campanha do WWF, "desde que se comprove a necessidade de demarcar áreas de uso restrito". Para ele, o desafio "é compatibilizar o potencial da biodiversidade da Amazônia, considerando as diferenças regionais, com o desenvolvimento sustentado".

Encontro entre GTA e WWF está marcado para amanhã, na primeira reunião de trabalho de representantes das cinco ONG que organizam (para Manaus ou Belém, em fevereiro) o workshop "Definição de Estraté-

tégias da Biodiversidade da Amazônia" — evento do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), da Secretaria de Implementação de Políticas e Normas Ambientais do Ministério do Meio Ambiente. "Será uma oportunidade para verificar a possibilidade de integração dos dois projetos", diz Fábio Vaz.

Além de alternativas a políticas públicas, o workshop poderá propor as melhores áreas para a criação de unidades de conservação "tanto de uso "direto" quanto "indireto". No jargão dos ecologistas, o "dire-

to" significa "com gente" e é defendido pelos "conservacionistas" e o "indireto", ou "sem gente", é bandeira dos "preservacionistas". Parece bobagem, mas mexe com a vida da humanidade em geral e, pesadamente, na de quem mora na área. Fosse ponto menos polêmico e o projeto de lei do "Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)" não

tramitaria no Congresso desde 1992, tão leidamente. "Conseguimos conciliar duas posições antagônicas, a antropocêntrica e a radical", diz seu atual relator, deputado Fernando Gabeira. "Trabalho para 1999"

A lei que poderia acabar com polêmicas tramita leidamente, desde 1992, ano da Eco-92, na Câmara dos Deputados.

WWF: "Não há qualquer divergência"

Garo Batmanian, diretor executivo do WWF, diz que as outras ONG estão garantidas pelo Bird no conselho gestor — e são bem-vindas.

Gazeta Mercantil - Todas as ações do WWF brasileiro — filiado à rede mundial World Wide Fund for Nature — são conservacionistas. Por que, no caso da Amazônia, defende "unidades de preservação de uso indireto", ou seja, sem a presença humana? Preservacionismo?

Batmanian - Propomos a criação desse tipo de parques protegidos não só para o bioma amazônico, mas para todos os biomas restantes no planeta. Apenas o manejo dos recursos naturais não garante a sobrevivência das espécies. Tem que haver uma parcela mínima preservada que garanta a preservação das espécies, do banco genético. Daí o conservacionismo atuar em dois eixos: o do manejo dos recursos naturais e o da proteção das espécies. Por isso, somos também a favor da criação de novas reservas extrativistas. E de que esse processo seja conduzido pelo GTA e pelo CNS.

GZM - Por saber que projetos fiscalizados por ONG custam menos e andam mais depressa do que os deixados a cargo de governos, financiadores como BID e Bird só aprovam projetos abençoados por ONG. A briga entre WWF e GTA não vai atrasar a proteção da Amazônia?

Batmanian - Não há briga, nem poderia, pois ainda não foi aberto o foro onde poderão aparecer discor-

dâncias, o conselho gestor. Ambos fomos convidados pelo Ministério do Meio Ambiente para a primeira reunião do conselho gestor. A data não foi marcada, mas deve ser em agosto. As vagas do WWF, do GTA e do CNS no conselho estão garantidas pelo contrato do governo com o Bird. Este liberou US\$ 300 mil para o conselho fazer a avaliação técnica inicial, que resultará num projeto, sem o qual o banco não vai liberar os US\$ 35 milhões — sua parcela no total previsto de US\$ 84 milhões a US\$ 156 milhões.

GZM - O WWF se aproveitou da fragilidade do presidente FHC na Inglaterra após os incêndios de Roçaima, para obter sua adesão?

Batmanian -

Não. A adesão foi anunciada três meses antes dos incêndios. Desde 1996 fazíamos gestões no Ibama e no Ministério do Meio Ambiente, para o Brasil aderir ao programa mundial de preservação de 10% dos biomas restantes no planeta. O Congresso já havia aderido: o relatório da Comissão de Meio Ambiente da Câmara sobre as madeiras asiáticas recomendava, já em dezembro do ano passado, a nossa meta de 10%, entre outras medidas contra o desmatamento predatório. O Brasil foi o vigésimo segundo país a assinar. Outros 21, como Argentina, Austrália e Áustria, para ficar só na

letra A, aderiram muito antes.

GZM - Estima-se que 1,5 milhão dos 20 milhões de pessoas da Amazônia vivam do extrativismo. O WWF trabalha no Parque Nacional do Jaú, de 2,2 milhões de hectares e apenas mil habitantes concentrados nas margens do rio. Mas ainda que os 10% a serem preservados sejam tão pouco habitados, haverá seringueiros, castanheiros ou pescadores afetados. Quantos?

Batmanian - Não há como estimar, até que as áreas sejam escolhidas. Mas será o mínimo. Até porque área habitada não se presta à preservação. Esse é um critério para a escolha das áreas.

GZM - E o que se fará com os moradores daqueles 10% das áreas?

Batmanian - Muitos poderão até trabalhar de guarda ou guia, no próprio parque. Defendemos que a proposta esteja de acordo com o projeto de lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que tramita no Congresso há seis anos e que não proíbe a presença do homem, como a legislação atual. Para o caso extremo de morador a ser transferido, o projeto de lei prevê assistência, indenização, muito mais amparo do que normalmente se dá às comunidades afetadas, por exemplo, pela construção de uma barragem — que pode afetar muito mais gente.

GTA: "Aceitas as condições, tudo bem"

Fábio Vaz, secretário executivo do GTA, diz, também em entrevista a este jornal, que a proposta inicial do WWF era "insuficiente", mas que "houve avanços" no sentido de aproximar o WWF das três exigências do GTA: (1) assento no conselho gestor, (2) inclusão, no projeto, da criação de novas reservas extrativistas, e (3) e efetivo repasse de recursos para essa criação.

Gazeta Mercantil - Qual a posição do GTA sobre o projeto de proteção florestal proposto pela campanha mundial liderada pelo WWF, com apoio do Banco Mundial, ao qual o governo brasileiro aderiu?

Vaz - Apesar da boa intenção do WWF, a proposta inicial era insuficiente porque não contemplava a criação de novas reservas extrativistas — ou seja, a proteção da floresta com sua população tradicional.

GZM - A inclusão de novas reservas extrativistas é a principal condição para o GTA apoiar o idêntico do projeto, e participar?

Vaz - É uma das três condições que o GTA apresenta ao WWF, ao governo e ao Banco Mundial. As outras duas são a participação efetiva do GTA e do Conselho Nacional de Seringueiros no comitê gestor do projeto, e que os recursos também sejam direcionados para a implementação de novas reservas extrativistas. A criação apenas de reservas extrativistas não é suficiente para nos incluir, por se tratar de mero ato administrativo. A implementação

dos recursos é o que garantiria a criação, de fato, dessas áreas.

GZM - O WWF não só se diz disposto a incluir a criação de novas reservas extrativistas nas áreas a serem demarcadas, como ainda se declara favorável a que esse processo seja conduzido pelo GTA e pelo Conselho Nacional de Seringueiros. O que o GTA acha disso?

Vaz - É um avanço em relação à proposta anterior do WWF, que era a de apenas criar áreas de proteção de uso restrito. Com certeza, o GTA ajudará na condução dessa nova proposta. Não é uma responsabilidade apenas do GTA, mas de todos os participantes do projeto, inclusive do próprio governo e do Banco Mundial. Da mesma forma que há empenho do governo em estabelecer áreas de uso restrito, acreditamos que deva haver o mesmo empenho para as reservas extrativistas.

GZM - Qual a avaliação do GTA sobre a meta de proteção, através de unidades de conservação de uso indireto, de 10%, no mínimo, da floresta amazônica até o ano 2000?

Vaz - O GTA não considera que 10% sejam suficientes para proteger a floresta amazônica, porque a área da floresta que deve ser protegida é muito superior a 10%, ou a 25 milhões de hectares. Para alcançar a

proteção da floresta, seria necessário um processo contínuo de criação de áreas a serem protegidas. Determinar uma meta de 25 milhões de hectares para ser alcançada até o ano 2000 nos parece fora da capacidade operacional do governo. Acho que esse prazo, o ano 2000, cairá do projeto. Mas, até lá, já será bastante positivo se conseguirmos identificar as áreas a serem protegidas. Isso já seria um avanço. O processo envolve a identificação, criação e implementação dessas áreas.

GZM - O Workshop Amazônia, proposto pelo governo, é o foro mais apropriado para discussão desse projeto?

Vaz - Esse Workshop Amazônia será um bom começo para

o processo de definição das estratégias de proteção da floresta amazônica. Mas só esse evento não conseguirá dar todas as respostas. É um bom ponto de partida para quem quer fazer um trabalho sério na Amazônia. O workshop só vai indicar o que deve ser feito, promovendo um processo de discussão democrático. A campanha do WWF antecipa-se e adianta como deverá ser feito. A reunião marcada para amanhã, dia 12, entre WWF e ONG que organizam o Workshop Amazônia, terá, entre outros objetivos, o de tentar saber como será possível integrar os dois projetos.